

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLC

PREGÃO Nº 0777/2016

RESPOSTA AOS RECURSOS ADMINISTRATIVO INTERPOSTOS PELAS EMPRESAS SLC SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA ME E EMCATUR VIAGENS E TURISMO LTDA.

No dia 11 de outubro de 2016, às 13hs13min, foi protocolizado pela empresa SLC SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA ME, no Setor de Protocolo desta Universidade, o Recurso Administrativo frente ao resultado do Pregão Presencial 0777/2015, para o Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO COTAÇÃO, RESERVA EMISSÃO E ENTREGA DE PASSAGENS AÉREAS E RODOVIÁRIAS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, BEM COMO DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS PARA ATENDER A UDESC.**

No mesmo dia, às 15hs11min, foi protocolizado outro recurso pela empresa EMCATUR VIAGENS E TURISMO LTDA. Ambos recursos seguiram os trâmites dispostos no edital em epígrafe. Diante disto, passamos a nos posicionar, conforme determinação do art. 4 da Lei 10.520/02.

DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Inicialmente, cabe apreciar o requisito admissibilidade dos recursos, ou seja, se foram apresentados dentro do prazo e condições estabelecidas para tal.

Desta forma, o subitem 11.2 do Edital da licitação em questão dispõe:

“Ao final da sessão, o licitante que desejar interpor recurso contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual período, contado a partir do término do prazo do recorrente ou da apresentação do recurso pelo recorrente, sendo-lhes assegurado vista dos autos.”

No caso da admissibilidade dos recursos, considerando que a sessão ocorreu no dia 06/10/2016 e os recursos interpostos no Protocolo da Udesc em 11/10/2016, consideram-se estes tempestivos, atendendo aos pressupostos de aceitabilidade dispostos no Edital, bem como na Lei 10.520/2002 em seu art. 4º, inciso XVIII.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLC

DAS FORMALIDADES LEGAIS

Registra-se que, cumprindo as formalidades legais, no dia 11/10/2016, foram todos os demais licitantes cientificados da existência e conteúdo dos Recursos Administrativos interpostos, conforme comprovam os documentos acostados ao processo de licitação (fls. 240), que dispôs do prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data do recebimento da comunicação para contrarrazoá-lo.

No dia 14/10/2016, foi recebida as contrarrazões da empresa ARANCIBIA VIAGENS LTDA enviadas via Sedex. Assim sendo, consideramos as contrarrazões tempestivas.

RELATÓRIO

A sessão pública foi aberta às 14 horas, do dia 06 de outubro de 2016, no Plenarinho da Reitoria. Apresentaram propostas as empresas: Arancibia Viagens Ltda EPP, SLC Serviços Aeroportuários Ltda ME, VTC Soluções em Turismo Eireli EPP, Emcatur Viagens e Turismo Ltda, P&P Turismo Ltda EPP, Meiru Viagens Eireli EPP, DF Turismo e Eventos Ltda ME e Voetur Turismo e Representações Ltda, sendo que apenas estas três últimas não apresentaram representantes devidamente credenciados para a sessão.

Desta feita, iniciou-se a fase de lances pelas empresas que apresentaram valores dentro do percentual estabelecido em lei. Ao final, a empresa ARANCIBIA VIAGENS o valor mais baixo conforme estipulado em Edital.

Aberto o envelope de habilitação, este pregoeiro questionou aos demais representantes o interesse em dar vistas aos documentos da empresa vencedora. Ato contínuo, o representante da empresa SLC SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA ME alegou que a IATA (*International Air Transport Association*) apresentada pela vencedora do certame não era compatível com o nome inscrito no Contrato Social da mesma. Da mesma forma, a representante da EMCATUR VIAGENS E TURISMO LTDA alegou que o valor licitado era inexequível. Assim, ambas empresas manifestaram em sessão, interesse em apresentar recurso.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLC

DA ANÁLISE DO RECURSO

Trata-se de recursos interpostos contra decisão deste pregoeiro, que declarou como vencedora do certame a empresa ARANCIBIA VIAGENS LTDA. Para uma melhor organização, adotaremos:

- Recurso 01: interposto contra decisão de habilitar a vencedora do certame diante da apresentação do IATA em nome de M.A. TRAVEL OPERADORA, por SLC SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA ME, agora denominada Recorrente 01.
- Recurso 02: interposto alegando que os valores licitados eram inexequíveis pela empresa vencedora da fase de lances, por EMCATUR VIAGENS E TURISMO LTDA, agora denominada Recorrente 02.

MÉRITO

Em que pese os argumentos de ambas recorrentes, não há o que se falar em análise do Edital após a abertura da sessão, visto que não houve pedido de impugnação, dentro do prazo legal, por nenhuma das partes interessadas no processo licitatório.

No tocante a ausência de vínculo alegada no Recurso 01, bem como o uso de documentação “emprestada”, foram afastados por este pregoeiro levando em conta várias alegações, conforme demonstradas a seguir.

Inicialmente, a empresa vencedora do certame apresentou seu contrato social em nome de ARANCIBIA VIAGENS LTDA EPP e, conforme consta neste, se utiliza do nome fantasia M. A. TRAVEL SOLUÇÕES EM VIAGENS. A partir disto, podemos simplificar que a alegação precípua do Recurso 01 se resume ao uso de “OPÉRADORA” ao lugar de “SOLUÇÕES EM VIAGENS” na IATA. É importante ressaltar que, durante a sessão, os representantes da empresa ARANCIBIA VIAGENS LTDA e P&P TURISMO LTDA EPP confirmaram ser a IATA um documento de difícil emissão, enviado uma única vez ao ano pelo seu órgão responsável para seus conveniados.

Este documento internacional padrão é emitido sem número de CNPJ, logo, a única forma de identificar o favorecido é através do nome apresentado. A empresa ARANCIBIA VIAGENS LTDA alega em contrarrazões que alterou seu nome fantasia após a emissão da IATA.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLC

Desta forma, caso a Administração se posicionasse contra a nomenclatura atestada no certificado, estaria impondo um rigor excessivo sem trazer benefício algum ao processo licitatório, prevalecendo a verdade formal sobre a verdade material, o que não é o objetivo da Administração, conforme preconiza Celso Antonio Bandeira de Mello:

“Consiste em que a Administração, ao invés de ficar restrita ao que as partes demonstrarem no procedimento, deve buscãr aquilo que é realmente a verdade, com prescindência do que os interessados hajam alegado e provado[...]” (MELLO, 2007, p. 489)

Equivoca-se o recorrente 01 ao identificar que a troca de denominação pelo órgão internacional emissor da IATA se equivalha a não apresentação do Contrato Social pelo licitante, visto que a empresa habilitada apresentou todos os documentos solicitados em Edital. O recorrente 01 também difere da nossa interpretação quanto a idoneidade da vencedora quando afirma “Não se pode usar documentos de terceiros **sem haver o respectivo contrato de consolidação entre consolidada e consolidadora**, prova de vínculo que respalda a utilização de documento “emprestado”.”.

Para concluir essa dubiedade, a empresa ARANCIBIA VIAGENS LTDA já prestou serviço à Udesc em ano pregresso, vencendo pregão semelhante. Assim sendo, a Administração não pode abrir mão do Princípio da Verdade Material ao ignorar conhecimento do fato do nome fantasia anterior da empresa.

Ora, está evidente que a empresa recorrida não é uma simples “aventureira” do ramo, que é capaz de emitir passagens aéreas internacionais, objetivo este da emissão da IATA.

Passando para as alegações expostas pelo Recurso 02, trata-se de verificação de condições de execução do valor licitado.

Neste ponto, não há muito o que se estender além da manifestação da vencedora que aponta em suas contrarrazões conseguir arcar com os custos mínimos da demanda solicitada, mantendo seu equilíbrio financeiro, além de reconhecer as consequências em caso de não cumprimento contratual. Aqui também adicionamos o fato da mesma, conforme norma editalícia, haver entregue a Declaração de cumprimento das condições de habilitação (Anexo X do referido Edital).

Entendo não haver cumprido nenhum dos requisitos que apontam para incapacidade de atender a demanda solicitada. Para Hely Lopes Meireles, evidencia-se a inexecuibilidade de preços nas seguintes situações:

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS – CLC

“A inexecuibilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração.” (MEIRELES, 2010, p. 202).

A recorrente 02 questiona o Edital alegando necessidade de apresentação de planilhas de custos pelas empresas licitantes, porém, como apontado anteriormente, não há o que se falar em análise do Edital após o prazo legal para impugnação.

Para encerrar, entendo que tanto a primeira quanto a segunda colocada na fase de lances não se valem da planilha de dos custos apresentados pela recorrente 02, afastando assim, qualquer entendimento incontestável de inexecuibilidade.

DA DECISÃO


Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE as razões recursais apresentadas, mantendo a decisão de habilitar a empresa ARANCIBIA VIAGENS LTDA, vencedora da fase lances e, por consequência, adjudicá-la, salvo melhor juízo do Magnífico Reitor.

Encaminho os autos ao gabinete para manifestação.

Florianópolis, 24 de outubro de 2016.



Hallen Duarte da Silva
Pregoeiro

DE ACORDO.
24/10/16.

Marcus Tomasi
Reitor